

## PARECER/2019/29

### I. Pedido

O Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação determinou a submissão à Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD), para apreciação, do Projeto de Decreto-Lei que estabelece as regras de identificação dos animais de companhia das espécies referidas no anexo I do Regulamento (UE) 576/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de junho de 2013, e no anexo I do Regulamento (UE) 2016/429, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de março de 2016.

O pedido formulado e o parecer ora emitido decorrem das atribuições e competências da CNPD, enquanto entidade administrativa independente com poderes de autoridade para o controlo dos tratamentos de dados pessoais, conferidos pela alínea c) do n.º 1 do artigo 57.º e pelo n.º 4 do artigo 36.º do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados – RGPD), em conjugação com o disposto no n.º 1 do artigo 21.º e no n.º 1 do artigo 22.º, ambos da Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, alterada pela Lei n.º 103/2015, de 24 de agosto (Lei de Proteção de Dados Pessoais - LPDP).

A apreciação da CNPD cinge-se às normas que preveem ou regulam tratamentos de dados pessoais.

### II. Apreciação

#### 1. O tratamento de dados pessoais: as categorias de dados pessoais

O presente projeto de decreto-lei define o regime da identificação de animais de companhia, prevendo a integração de um conjunto de informação no Sistema de Identificação do Animal de Companhia (SIAC), da qual se destaca a relativa a dois tipos de pessoas singulares: o proprietário ou detentor do animal e o médico veterinário. Na



medida em que os mesmos são identificados no registo associado ao dispositivo identificador do animal (o *transponder*), estão em causa tratamentos de dados pessoais, de acordo com as alíneas 1) e 2) do artigo 4.º do RGPD.

Na verdade, na alínea b) do artigo 3.º do projeto define-se o registo como «o conjunto de informação coligida no SIAC com os elementos relativos ao número do *transponder*, elementos de resenha do animal, identificação do titular do animal, do médico veterinário que procede à marcação do animal (...)».

A este propósito interessa desde já notar que a alínea b) do artigo 3.º não explicita que dados pessoais do titular do animal e do médico veterinário são registados, limitando-se a referir a sua *identificação*. Sendo certo que este projeto de diploma pretende servir de fundamento de licitude do tratamento de dados pessoais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º do RGPD, a CNPD recorda a importância de nele se especificarem as categorias de dados pessoais, pelo que recomenda que, para além da identificação, se acrescente a categoria relativa a *dados de contacto* (onde se inserirá o domicílio ou residência do titular – em coerência com a referência contida na alínea a) do n.º 2 do artigo 13.º do projeto).

Chama-se ainda a atenção para o facto de tais dados, quando relativos ao médico veterinário, se deverem resumir ao nome profissional, número da cédula profissional, domicílio profissional e demais dados de contacto profissionais. Este é um aspeto que se deve ter presente quando forem aprovadas as normas relativas ao SIAC pelo Diretor Geral da Alimentação e Veterinária, nos termos do n.º 4 do artigo 8.º do projeto. A recolha e a conservação dos dados pessoais obedecem aos princípios da finalidade e da minimização dos dados pessoais, pelo que não deve ser recolhido outro tipo de elementos de identificação do médico veterinário, para além daqueles que, nos termos da lei que define o estatuto destes profissionais, serve para os identificar enquanto tais – cf. alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 5.º do RGPD.

## 2. A regulação do tratamento de dados pessoais

Centrando-nos agora no artigo que regula o SIAC – o artigo 8.º do projeto – começa-se por assinalar que no último número do artigo 8.º se determina a aplicação, ao tratamento de dados pessoais constantes do SIAC, do RGPD e da legislação nacional relativa à proteção de dados pessoais.

Não obstante, algumas das disposições do artigo 8.º merecem, na perspetiva da CNPD, específica referência a algumas normas do RGPD, como em seguida melhor se explica.

Desde logo, no n.º 3 do artigo 8.º, a «atribuição da gestão do SIAC a outras entidades», na medida em que implica encarregar outra entidade do processamento de dados pessoais por conta do responsável pelo tratamento, corresponde a uma subcontratação (cf. alínea 8) do artigo 4.º do RGPD). Nessa medida, o protocolo a que se refere o n.º 3 do artigo 8.º do projeto tem de prever os diferentes elementos previstos no artigo 28.º do RGPD. Recomenda-se, por isso, que essa obrigação seja explicitada no n.º 3 do artigo 8.º do projeto, nem que seja por simples remissão para aquele preceito.

No que diz respeito ao n.º 4 do artigo 8.º, onde se atribui competência ao Diretor Geral da Alimentação e Veterinária para aprovar as normas e os procedimentos relativos ao funcionamento do SIAC e à gestão das entidades com acesso e respetivos perfis de acesso, importa aí especificar que tais normas e procedimentos, em especial os relativos ao acesso e aos perfis de acesso, têm de obedecer aos princípios da finalidade e da proporcionalidade, *maxime* na vertente da necessidade, por que se pauta qualquer tratamento de dados pessoais (alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 5.º do RGPD).

Com efeito, é fundamental que apenas se atribuam permissões de acesso ao SIAC às entidades que carecem de o fazer para o cumprimento da finalidade do SIAC. Tendo em conta o objeto desta base de dados, os acessos apenas se podem ter por justificados se relacionados com a identificação do animal de companhia (portanto, para contactar ou identificar o seu titular ou o médico veterinário, ou ainda para atualizar a informação),

pelo que é fundamental que cada acesso seja contextualizado, com identificação do motivo do acesso, e ainda que a informação de quem acedeu e quando acedeu fique registada no sistema (*log* do acesso).

Sublinha-se que estes são elementos essenciais à verificação da correta utilização do sistema de informação, em especial quanto ao respeito pelos princípios da finalidade e da necessidade dos acessos, sendo imprescindível o seu registo para os procedimentos de inspeção ou de auditoria.

Assim, a CNPD recomenda que seja explicitado no n.º 4 do artigo 8.º que tais normas e procedimentos, em especial os relativos ao acesso e aos perfis de acesso, têm de obedecer aos princípios da finalidade e da proporcionalidade dos tratamentos de dados pessoais.

Ainda no âmbito do artigo 8.º, prevê-se, no seu n.º 6, um dever de se promover a transmissão de dados entre sistemas de informação através da Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública.

Todavia, o dever de transmissão de dados pessoais entre sistemas de informação por via da referida plataforma abrange também dados pessoais; e, quanto a estes, a licitude da imposição de um dever desta natureza depende da especificação das finalidades da transmissão, para que se possa avaliar a necessidade da mesma, de acordo com os princípios já aqui citados, consagrados no n.º 1 do artigo 5.º do RGPD.

Ora, a norma limita-se a prever, como pressuposto de tal dever, que «se mostre necessário à operacionalização do SIAC ou ao cumprimento das suas finalidades», o que é objetivamente insuficiente para se ter por fundamentada a transmissão de dados pessoais. Na verdade, em nenhum ponto do articulado do projeto de diploma se definem as finalidades do SIAC (apenas o seu objeto ou âmbito), e a simples referência à necessidade da sua operacionalização não permite adivinhar as situações em que se pode ter como legítima a referida transmissão de dados pessoais entre sistemas de

informação através da Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública, nem que sistemas de informação estarão aqui em causa.

Assim, a imposição de transmissão de dados e a obrigatoriedade de recurso a esta ferramenta de simplificação administrativa só podem ter-se por conformes ao regime jurídico de proteção de dados pessoais se nele forem circunstanciadas tipicamente as situações em que pode justificar-se a transmissão de dados pessoais e as bases de dados entre as quais pode ocorrer tal transmissão. De outro modo, a norma não serve como base legitimadora de tratamento de dados pessoais, para o efeito da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º do RGPD.

Finalmente, o n.º 7 do artigo 8.º impõe que a regulamentação dos procedimentos de segurança, acesso e tratamento de informação no SIAC preveja a utilização obrigatória de mecanismos de autenticação eletrónica através do Cartão de Cidadão e da Chave Móvel Digital.

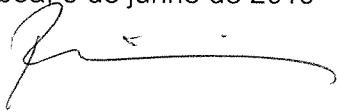
A CNPD louva a previsão da obrigatoriedade de autenticação eletrónica no acesso e em outro tipo de interações no SIAC, mas sublinha que os cidadãos não podem ser obrigados a utilizar o Cartão de Cidadão para autenticação eletrónica quando estejam a aceder ao SIAC no exercício da atividade profissional, máxime se, para o efeito, dispuserem de cartões de identificação profissional.

### III. Conclusões

Com os fundamentos acima expostos, a CNPD recomenda que, no presente projeto de decreto-lei, para que o mesmo possa servir de fundamento de licitude dos tratamentos de dados pessoais contidos no Sistema de Identificação do Animal de Companhia, se especifiquem os seguintes aspetos dos tratamentos:

- i. Na alínea b) do artigo 3.º, para além da identificação do titular do animal e do médico veterinário, se acrescente a categoria relativa a *dados de contacto*, recordando que, em sede de regulamentação, os dados relativos ao médico veterinário se devem resumir ao nome profissional, número da cédula profissional, domicílio profissional e demais dados de contacto profissionais;
- ii. No n.º 3 do artigo 8.º, se faça expressa referência à obrigatoriedade de observar o regime da subcontratação de tratamento de dados pessoais;
- iii. No n.º 4 do artigo 8.º, seja expressamente referido que as normas e os procedimentos, em especial os relativos ao acesso e aos perfis de acesso, têm de obedecer aos princípios da finalidade e da proporcionalidade dos tratamentos de dados pessoais, de modo a garantir que a regulamentação dos acessos acautele os princípios e regras de proteção de dados;
- iv. No n.º 6 do artigo 8.º, a imposição de transmissão de dados entre sistemas de informação com recurso à Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública, enquanto base legitimadora desse tratamento de dados pessoais, só pode ter-se por conforme ao RGPD se forem circunstanciadas tipicamente as situações em que pode justificar-se a transmissão de dados pessoais, bem como as bases de dados entre as quais pode ocorrer tal transmissão.

Lisboa, 3 de junho de 2019



Filipa Calvão (Presidente, que relatou)